TL 5921

This is the message of Commander Kay Rala Xanana Gusmao addressed to the Seminar "Penyelesaian Damai Masalah Timor Timur Pasca Suharto-- Peaceful Solution for the Case of East Timor Post Suharto" organized by SOLIDAMOR (Solidaritas untuk Penyelesaian Damai Masalah Timor Timur--Solidarity for a Peaceful Solution for East Timor) on July 12, 1998 in Jakarta.

CONSELHO NACIONAL DA RESISTÊNCIA TIMORENSE
FALINTIL

SOLUÇÃO PARA TIMOR LESTE

Ilustres presentes, Amigos da Paz e da Justiça!

Mais do que facto de que é pela primeira vez que tenha esta oportunidade de falar em encontros assim, devo realçar um outro, realmente importante, de ser em território indonésio. E isso deve-se tão sòmente ao actual clima da reformas.

Quero abrer uma parêntese para, em nome do pequeno e indefeso Povo de Timor-Leste, manifestar aqui a nossa profunda admiração pela tenacidade e coragem da Juventude Indonésia, que conseguiu cristalizar as profundas aspirações do Povo irmão Indonésio e derrubar, num momento extraordinariamente pacífico, um sistema repressivo de 3 décadas, abrindo assim, um novo capitulo na História da Indonésia e da Região.
Desejo assim, em nome do Povo Maubere saudar os jovens Indonésios lutadores da liberdade e prestar os nossos respeitos aos mártires da Reforma na Indonésia!

Tal como centenas de milhões de indonésios, nós, os timorenses, também esperamos que o actual processo de reformas na Indonésia venha a culminar numa verdadeira democratização, onde a justiça prevaleça sobre a força da repressão, onde a liberdade desmantela dos espíritos a tensão do medo e o ar impuro das intimidações e do terror e onde o direito ganhe lugar privilegiado na conciência das pessoas e nas relações entre comunidades e povos.

Tal como centenas de milhões de indonésios, nós os timorenses do leste, vivemos décadas sem o direito à vida, como nação e como povo, sem a liberdade de agir e condenados pela repressão da força das armas e pela lei da violência e do crime.

A paz não é apenas a ausência da guerra. A verdadeira paz começa a partir do indivíduo, é a paz do espírito. Nenhum ser humano encontra paz no seu dia-a-dia, se se sente ameaçado, se se sente usurpado dos seus direitos. O processo de reformas na Indonésia vai observar tambem este aspecto, o de devolver a paz nas pessoas, e permitir que os cidadãos indonésios se sintam livres, porque têm acesso à verdade e à inverdade das coisas e se sintam livres porque são protegidos pelo verdadeiro sentido da justiça!

Direito e justiça, liberdade e paz! Não pode haver direito se, em lugar da justiça, se utiliza a mentira, não pode haver paz, se em vez da liberdade, reina a repressão, nem pode haver liberdade onde o direito é espezinhado!

No contexto das reformas na Indonésia, este pensamento é importante porque foi, à luz dos verdadeiros objectivos do processo de reformas, que muitos casos de injustiça reapareceram exigindo a devida atenção.

Neste linha de ideias, quando se quer falar de uma solução para o caso de Timor-Leste, deve-se adquirir novos pensamentos, os pensamentos da reforma, deve-se possuir novas atitudes, atitudes também de reforma. Só pensamentos orientados pelos objectivos da reforma na Indonésia, podem revelar uma clareza na percepção dos factos e só atitudes adoptadas em sintonia com o processo de reformas na Indonésia, podem conduzir as

pessoas a assumir seriedade política, necessária para comprovar a vital diferença entre a arrogância de ontem e a sinceridade ou, no mínimo, uma disposição mais racional da hoje.

Ilustres Presentes!

Não vou ater-me a elaborar factos anteriores à invasão e as terríveis consequências daquele acto e da consequente ocupação militar do território desde 7 Dezembro de 1975.

Desde aquele fatídico dia, o povo de Timor-Leste tinha consciência de que fazia frente a uma poderosa Nação vizinha, militarmente armada pelos seus grandes parceiros económicos. Apesar da enorme desigualdade de forças, o povo Maubere estava alimentado de uma fé. A fé de que nada é eterno e que os regimes ditadores e colonialistas têm os seus dias contados. Em outros continentes, a História já provara isso antes, e veio provando tambem ao longo da durissima resistência contra a ocupação militar da sua Pátria, pelas tropas indonésias.

A confiança nas suas capacidades de resistir, com o seus próprios esforços, era alimentada pela fé de que o regime colonialista do general Suharto, um dia, sucumbiria à lei natural da evolução dos fenómenos, quer políticos, sociais ou doutra natureza. Foi assim que o povo Maubere tinha sempre a certeza de que, Resistindo, um dia venceria!

Se Jakarta considerou que o tempo actuaria a seu favor, era porque para o general Suharto, a consciência das pessoas não existia, pois o que contava era a supermacia da força, da violência e do terror. Por outro lado, guiado por aquela fé, o pequeno e indefeso povo Maubere sabia que a vitória sobre o regime colonial do general Suharto seria apenas uma mera questão de tempo.

É assim que, no actual momento, o povo de Timor-Leste está mais certo de que aquele tão longamente esperado 'tempo' se aproxima, agora, a passos largos. E o povo de Timor-Leste está confiante de que o seu direito à autodeterminação e independência nacional lhe será devolvido pelo novo regime democrata na Indonésia. Porque, tanto como os 200 milhões de indonésios, nós os timorenses acreditamos que o processo de reformas na Indonésia levará irreversivelmente à implantação da verdadeira democracia na Indonésia.

E nós, o pequeno e indefeso povo de Timor-Leste, acreditamos convictamente de que não haverá um só verdadeiro democrata na Indonésia que aceite que se negue a um povo o seu fundamental direito de decidir livremento pelo seu destino. Acreditamos ainda que não haverá um só verdadeiro democrata na Indonésia que se decida a fechar os olhos à ilegalidade da ocupação militar do Timor-Leste e à injustiça e aos crimes. Acreditamos tambem que não haverá se só verdadeiro democrata na Indonésia que advogue a mentira, a manipulação repressiva e a arrogância política como princípios de um sistema novo que se deseja para a Indonésia.

Ou então, na Indonésia, o processo de reformas não levará a ponto nenhum de renovação política e o povo indonésio continuará na mesma, sob a repressão de um mesmo regime ditador que apenas mudou de vestes, substituindo as pessoas E isso seria simplesmente lamentável.

Dentro do espírito da reforma, em que Jakarta está a considerar uma descentralização do poder para as províncias, o governo indonésio oferece uma autonomia mais alargada a Timor-Leste, na intenção de que essa será a única solução para o território. Pessoas houve que acharam que é uma importantíssima concessão por parte da Indonésia e essas pessoas têm todo o direito de concluir assim.

Eu apenas quero dizer que já em 1984, tentaram adular-me com supostos privilégios que uma autonomia poderia conceder a Timor, onde se falaria o português, se privilegiaria a

religião católica e se respeitariam as tradições e a cultura timorenses. Portanto, autonomia não é um canto de sereia, novo, para os meus ouvidos.

Em 1984, há 14 anos, onde quase 20 batalhões foram mandados pelo Beni Murdani para acabar de vez com os ditos '50 fugitivos' das FALINTIL. Nas difíceis condições de há 14 anos atrás, onde a inflexibilidade do regime de Suharto estava em sintonia com a conjutura mundial de "guerra fria", inflexibilidade fortemente apoiada pela indiferença internacional quanto ao problema de Timor-Leste, nós afirmamos, sem nenhuma hesitação, que a nossa luta era em defesa do próprio direito internacional, era em defesa da própria razão de ser da Organização das Nações Unidas, era em defesa dos próprios princípos do Movimento dos Não-Alinhados, de que a Indonésia foi co-fundadora. Há 14 anos atrás, nós estávamos conscientes de que o que era exigido a nós, os Timorenses, era manter o espírito e a determinação na luta, confiança em nós mesmos, a confiança na solidariedade internacional, na solidariedade de todos os povos do mundo, inclusive do povo irmão Indonésio.

Como se pode facilmente imaginar, há 14 anos atrás, as perspectivas de uma solução eram mui longínquas, tais como longínquas eram as probabilidades de mudança no regime Indonésio. Há 14 anos, muitas pessoas e muitos governantes ocidentais, classificam o caso de Timor-Leste como um caso perdido e que a ideia da independência era uma pura utopia. Mas mesmo assim, recusámos com firmeza qualquer tentativa de alienação da nossa luta, já que era a nossa própria liberdade que estava em causa e pela qual o povo estava sofrendo o morrendo.

Todos se devem lembrar que, em 1994, quando o Presidente Clinton veio à Indonésia, e disse ao general Suharto para considerar para o 'Tim-Tim' um estauto de autonomia, o então ditator nem se mostrou minimamente interessado.

E o senhor Ali Alatas foi sempre o mais fiel porta-voz de um regime, repressivo para o povo Indonésio, e colonialista e não menos repressivo para o povo timorense.

Agora, é Ali Alatas que torna pública a vontade do governo de reformas sobre o problema de Timor-Leste, oferecendo uma autonomia, como a soução mais realista. E o ministro Indonésio, no seu já sobejamente conhecido papel de propagandista da política do regime repressivo o colonialista do general Suharto, apresenta com uma audaciosa inteligência, os argumentos que há 10 anos atrás, herdou, com lealdade ideológica, dos seus antecessores, Mochtar Kusumadja e Adam Malik :

1. Que fomos nós que não aceitamos o *referendum*
2. Que nós somos uma insignificante minoria e e por isso que o *referendum* se torna impraticável
3. Que o referendum pode provocar uma guerra civil.

Sob esta lógica, o que eu prevejo para a Indonésia, é um futuro eminente de constante caos político e económico, porque se o Golkar perder as proximas eleições gerais democráticas, haverá distúrbios e violências maiores do que já aconteceu antes em toda a Indonésia. Eu quero dizer com isto, que se Ali Alatas está preparando-se para aceitar a democratização na Indonésia, ele não tem o direito de pensar (pelos) timorenses.

Ser realista, é aceitar as mudanças dos tempos, ser realista e adaptar o pensamento ás circunstâncias do presente e com uma construtiva visão para o futuro.

Realisticamente falando, contudo, eu tento estudar, ver e perceber o que é que as pessoas que concordam com a autonomia, mais alargada ou menos alargada, pensam que podem obter desse estatuto. A base do desenvolvimento de qualquer indivíduo, sociedade ou pais está na economia. É o fundamento, tão vital como agora se sente na Indonésia, nesta prolongada crise que fez parar praticamente a roda da economia Indonésia. Tão vital,

que agora se sentem na Indonésia os graves problemas sócio-economicos, onde o número de população ascessitada ascendeu a 80 milhões de pessoas, com 20 milhões de despedidos do emprego. Tão vital que a Indonésia necessita desesperdamente da ajuda do exterior.

Realisticamente falando, eu pergunto-me se pessoas que esperam obter o máximo proveito do estatuto de economia, já pensaram profundamente que 800 mil timorenses representam uma insignificância real na sua relação com os 200 milhões de Indonésios, necessitados de uma desesperada recuperação económica.

O povo irmão Indonésio ainda não sabe que as despesas militares em Timor Leste, durante estes 23 anos, tiveram também quota importante na crise económica por que a Indonésia esta a passar. Umas fontes dizem que se gastava em Timor-Leste um milhão de dolares por mês e todos praticamente sabem que a guerra em Timor-Leste foi, sobretudo, um negócio para os militares, uma fonte de lucro fácil para alguns generais indonésios.

Realisticamente falando, deveríamos fazer um apelo as autoridades indonésias para se preocupararem com os projectos de desenvolvimento estagnados e se preocuparem com os milhões de crinaças indonésias que não têm possibilidade de estudar ou continuar os estudos.

REALISTICAMENTE FALANDO! Dentro do espríto da própria reforma ...

DIÁLOGO - da manipulação à seriedade

O que e quero realçar aqui são as Resoluções do Conselho de Segurança, no. 384, de 22 de Dezembro de 1975 e no. 389, de 22 de Abril de 1976, que exigiam à Indonésia que retirasse imediata e incondicionalmente as suas forças do território e respeitasse o direito do povo de Timor-Leste à autodeterminação e independência nacional.

Só a arrogância do regime militarista do general Suharto permitiu que se desrespeitasse tão ostensivamente aquelas resoluções e não considerava abusivamente as resoluções da Assembleia-Geral da Onu, nrs. 3485, de 12 de Dezembro de 1975, 31/53, de 1 de Dezembro de 1976, 32/34, de 28 de Novembro de 1977, 33/39, de 13 de Dezembro de 1978, 33/40, de 21 de Novembro de 1979, 35/27, de 11 de Novembro de 1980, 36/50, de 24 de Novembro de 1981.

Atitudes como aquelas foram sempre prática de todas as potências coloram a história da Humanidade com o sangue dos seus próprios povos.

Devida a inflexibilidade de Jakarta, em 23 de Novembro de 1982, saiu a Resolução nr. 37/30, da Assembleia-Geral da ONU, que recomendava o diálogo entre todas partes interessadas no problema para a busca de uma solução internacionalmente aceitável.
Desde 1983, que a Indonésia sempre recusou considerar os timorenses como uma parte interessada no problema. Eramos nós que morríamos sob as balas das forças indonésias. Eramos nós que eramos violados, presos, torturados assassinados mas o nosso destino, as nossas vidas não eram assuntos nossos. Desde 1983, que os encontros entre a Indonésia e Portugal vinham sendo realizados, sob os auspícios da ONU, sem se dar o mínimo passo em frente, porque o regime ditador do general Suharto tinha estabelecido um parâmetro para o diálogo: o diálogo devia encaminhar apenas a aceitar-se a integração como a vontade do povo de Timor-Leste, porque assim Suharto decidira que fosse. Igual a tantas outras falcatruas politicas do regime, em relação ao povo Indonésio.

Dentro do espírito da reforma, esperamos que o governo indonésio tenha adquirido uma outra disposição politica o diálogo. O diálogo não pode continuar a ser um instrumento

para impôr a vontade a outros, o diálogo não pode continuar a ser uma tentativa de manipulações politicas.

O diálogo deve ser franco e sério, o diálogo deve ser conduzido pelo respeito pelas outras opiniões, o diálogo deve ser orientado para a possibilidade de compromissos que satisfaçam todas as partes, integradas no processo.

Já há muito que advogavámos o diálogo sem pre-condições! E isto significa que assim como nós iríamos ao diálogo para ouvir a Indonésia argumentar sobre a validade da anexação militar do território, a Indonésia seria capaz de ouvir-nos falar do direito a autodeterminação e das normas de descolonização. Paradoxalmente, a Indonésia é membro do comité dos 24, ou comité da Descolonização. Paradoxalmente, a ONU tem como meta para ano 2000 eliminar da face da terra os restos do colonialismo e Timor-Leste figura na lista dos territórios em causa.

Ainda com o Suharto no poder, Ali Alatas, em muitas ocasióes, soube lembrar aos indonésios que não podiam evitar que o caso de Timor-Leste continuasse a ser um caso da ONU, portanto, um caso internacional.

Nas suas últimas declarações, Ali Alatas quis supôr que a concessão de um estatuto de autonomia alargada poderia ser a tal solução internacionalmente aceitável. Nesta ordem de ideias, eu devo supôr também que Ali Alatas deixou o tom arrogante de que 'a integração é coisa que não se discute' para o tom ainda arrogante de que, concedendo uma autonomia para Timor-Leste, a integração é coisa que não se vai discutir.

Autonomia deve ser visto como apenas um simples resultado da integração. Já integração na Indonésia, os Timorenses pediriam a Jakarta determinadas facilidades que as outras províncias não possuem. Assim, qualquer estatuto de autonomia, não pode situar-se parte do estatuto político de território integrado. Autonomia não é estatuto político, mas estatuto administrativo.

O que está em causa, no problema de Timor-Leste, é o estatuto político. O estatuto político que o regime colonialista do general Suharto não queria que fosse discutido nos encontros do AIIETD (All inclusive Intra East Timor Dialog).

O estatuto político pressupõe uma base jurídica de legitimação. Uma autonomia não terá nenhuma base jurídica de legitimação, porque não elimina a essência da questão. Timor-Leste foi militarmente anexado pela Indonésia. Ao povo de Timor Leste ainda não foi dada a oportunidade para se pronunciar livremente sobre o seu futuro político.

E esta substância do problema é que vem conservando de Timor-Leste como um caso da ONU. E não, como Ali Alatas tentava convencer os indonésios, que o caso de Timor Leste continuava na ONU porque Portugal não desejava uma solução e Ramos-Horta comprava a consciência da comunidade internacional.

Um verdadeiro diálogo deve partir de bases sérias. O governo indonésio está a considerar seriamente o caso da morte dos 3 estudantes da Universidade de Trisakti, e o caso das violações dos dias 13 e 14 de Maio. O governo indonésio deve considerar muito mais seriamente a morte de mais de 250.000 Timorenses, por causa da guerra que o general Suharto mandou fazer em Timor Leste. E nós não acreditamos que o novo regime democrático na Indonésia venha a pensar em pôr fim à dita rebelião Timorense com uma nova escalada de operações militares. Porque o povo indonésio e o povo Timorense aspiram a paz.

Como sempre foi nossa disposição, continuamos abertos ao diálogo e convidamos o governo indonésio a ser relista e a ser sério nos futuros diálogos.

Eu creio até que, mais do que os Timorenses, é a comunidade internacional e o próprio povo irmão indonésio que exigem esta seriedade política por parte do governo de Jakarta, em sintonia com as reformas e em sintonia com as perpectivas da implantação de um regime democrático na Indonésia.

Nós desejamos partir para o diálogo sob a base de que a substância do problema é a questão pontual que definirá o curso das conversações. E essa substância, o verdadeiro amago do problema, deve ser vista à luz do Direito Internacional, à luz dos princípios universais e à luz das resoluções da ONU. Nós desejamos partir para o diálogo em pé de igualdade de direitos e obrigações. Nós conhecemos as preocupações da Indonésia, mas nós tambem conhecemos melhor do que ninguém, as aspirações do povo Maubere. O diálogo deverá servir para contrabalançar aquelas preocupações com as legitímas aspirações do nosso povo.

Nós estamos preparados para considerar os interesses da Indonésia, agora e no futuro, pela plena consciência de que fazemos parte do Se Asiático e de que somos vizinhos de uma grande Nação que é a Indonésia e pelo total repúdio à guerra e aos conflitos entre povos e nações.

Nós acreditamos firmemente que, assumindo esta disposição política, nenhuma das partes do conflito em Timor-Leste sairá vencida ou vencedora. Nós consideramos profundamente a possibilidade de as Forças Armadas Indonésias virem a assumir um papel novo, integradas no processo da solução. Nós acreditamos firmemente tambem que os resultados de um diálogo serio irão necessariamente contribuir para a criação de novas elações entre todos os agentes de um processo pacífico de solução.

Nós temos plena consciência de que, para se shegar a uma solução justa onde se estabeleça uma paz verdadeira e duradoura, várias medidas de confiança devem ser consideradas, como complemento de um processo pacífico, trabalhado com seriedade e responsabilidade.

Nós estamos a enterrar o passado, a enterrar a história destes 23 anos de guerra, considerando que o que aconteceu em Timor-Leste foi um erro histórico. Nós estamos dispostos a assumir compromissos políticos para alimentar as melhores relações com o povo irmão Indonésio, a partir de agora, e para cuidar das melhores relações com o Estado democrático da Indonésia, no futuro.

Para começar, esperamos que se incentivem e se intensifiquem os encontros do AIETD, para que os timorenses tenham finalmente a oportunidade de uma real troca de impressões. Digo finalmente, porque se antes havia a condição imposta pelo regime do Suharto de que não se devia discutir o 'estatuto político do território', acreditamos que no futuro, o estatuto político do território deverá ser o centro dos debates do AIETD.

Com uma nova composição da AIETD, dotada da capacidade de diálogo, Jakarta não deve impôr ao mundo que todos os que partem da Indonésia são prointegração e todos os que estão no estrangeiro são anti integração. A seriedade na busca da solução deve começar nestes pequenos mas importantes elementos do processo. É tempo já para o ministro Ali Alatas começar a provar de que já não o mesmo Menlu do regime repressivo e colonialista de Suharto, mas o Menlu de um governo da reformas que está a ter lugar na Indonésia.

E tempo já para o ministro Ali Alatas pensar que ele não representa o povo de Timor-Leste mas representa os interesses da Indonésia. É tempo também para o ministro Ali Alatas

considerar que os princípios universais, o direito internacional e as resoluções da ONU constituem a base legítima das nossas reivindicações. E nisto não haverá compromissos!

O tempo falou por nós e, se necessário, o tempo provará isso de novo. O nacionalismo não se mata com a força das armas e da repressão e o nacionalismo resiste ao tempo e alimenta-se do sangue dos tombados na luta de libertação. O nacionalismo não é artigo que - se vende para se obter "sembako", o nacionalismo e a própria conciência da liberdade. Na velha Europa, onde despontaram as primeiras nações da história moderna, uma Croácia e um exemplo actualíssimo de que o nacionalismo nunca morre, depois de tantos séculos de esquecimento.

Ilustres presentes

Amigos da justiça e da Paz!
É esta, portanto, a posição do Concelho Nacional da Resistência Timorense quanto as perspectivas de solução do caso de Timor Leste.

Nós continuamos a advogar o diálogo, como o instrumento para a busca de solução e estamos dispostos a assumir os necessários compromissos para que se assegure uma solução justa e uma verdadeira e duradoura paz em Timor-Leste e pela respeito aos interesses da Indonésia.

Não pode haver uma verdadeira solução, sem que ela passe pelo *referendum*!
E nós somos mais realistas agora do que nunca! E a nossa Luta já (tem) 23 difíceis anos!

Kay Rala Xanana Gusmão
Presidente do CNRT